

"Preparado Trabalho para su presentación no X Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP) Organizado em conjunta da Associação Latino-Americana de Ciência Política, da Associação Mexicana de Ciência Política e do Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 Agosto de 2019. "

ÉTICA-ESTÉTICA DOS PROTESTOS

ATORES E PERSONAGENS NO CENÁRIO POLÍTICO ATUAL DO BRASIL

Ana Lúcia Pardo¹

RESUMO: Este trabalho busca analisar, a partir de múltiplas expressões, máscaras, imagens, performances e teatralidades que misturam arte, política e ativismo, os atores e personagens que surgiram na cena política no período de 2013 a 2016. Assim como os processos e as novas formas de participação da sociedade civil brasileira durante as manifestações de protestos, ocorridas nas ruas do Brasil, em 2013, e seus desdobramentos em 2014 e 2015. Até culminar na Ocupação dos prédios do Ministério da Cultura nos 27 estados brasileiros, no ano de 2016, em reação motivada pelo impeachment/golpe da presidenta Dilma Rousseff, decretado no início daquele ano.

Palavras-chave: manifestações, ruas, ocupações, impeachment/golpe, atores, política, arte, cultura.

Depois de percorrer as trilhas e rotas de caminhos e de nos embrenharmos pelas manifestações de protestos por entre ruas, avenidas e ocupações de prédios públicos da Cultura, durante esses últimos anos, na busca de ampliar o olhar e imprimir no corpo a escuta de múltiplas vozes, de sons e tons. E de nos debruçarmos sobre um extenso material extraído na pesquisa de campo – depoimentos, entrevistas, matérias jornalísticas, imagens em fotografias e vídeos –, e acompanhar-nos de referenciais teóricos extraídos de áreas diversas, nosso propósito com esse artigo é formular e compartilhar de algumas ideias que emergem dessa longa caminhada.

Ana Lúcia Pardo

Pós-doutoranda e professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT-UFF), bolsista de pesquisa da (CAPES/PNPD), doutora e mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Gestora cultural, atriz, jornalista. Professora da Pós Graduação em Produção Cultural da Universidade Cândido Mendes. Curadora e coordenadora de ciclos internacionais de Artes, Cultura e Pensamento. Site: <http://lattes.cnpq.br/1241080975580754/>

Eixo temático: *Movimentos Sociais, Atores Sociais e Cidadãos*

Na tentativa de entender o significado dessa conjuntura política levanta-se as seguintes questões: Que atores e personagens emergem nesses diferentes cenários? Em que medida essa explosão rizomática e transgressora de 2013 foi capturada para decretar-se o golpe? Que tipo de linguagem, pautas, narrativas, elementos cênicos foram utilizados e com que intenções? Quais são as forças em conflito? Que efeitos provocaram no cenário político atual no Brasil?

O trabalho apresentado resulta da pesquisa de doutorado, intitulada: “Ética-estética dos protestos – Atores e personagens na cena política de 2013 a 2016” defendida no início de 2018 no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH-UERJ, cujo método utilizado foi a cartografia que tem, entre outras referências, principalmente, a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, no livro *Mil Platôs* (1995, Vol. I).

Toma-se por base o material registrado em entrevistas, depoimentos e arquivos jornalístico, fotográfico, audiovisual, tanto obtidos na mídia impressa (jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, revistas *Carta Capital*, *Caros Amigos*, *Cult*, *Isto É*, *Veja*), quanto nas formas independentes de veicular as informações nas redes sociais. Compõem-se seis cartografias, apresentando uma série de fotografias que revelam a encenação na política, a presença de infiltrados, a apropriação das ruas e a capitalização dos protestos, a disputa de narrativas revelando novas formas de se criar e performar nos campos da política e da estética.

Para entender essas forças em conflito fez-se um estudo de integrantes e movimentos identificados com as ideologias de direita (*Vem Pra Rua*, *Movimento Brasil Livre*, *Revoltados On Line*) e também da esquerda (*Ocupa MinC*, *Movimento Sem Terra*, *União Brasileira de Estudantes*). Utilizou-se da pesquisa do fotógrafo Gabriel Mascaro sobre a infiltração da polícia para identificar os ativistas através dos pés e também a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas: “*A Polícia e os Black Bocs*”, concentrada na percepção dos policiais sobre junho de 2013. Fez-se ainda um trabalho de campo, de observação participante, ao entrevistar manifestantes em 2013, e também integrantes da *Ocupação da Cultura* em 2016, a fim de entender suas pautas e essa nova forma de ativismo que apareceu nas ruas do Brasil e na onda global de protestos.

Trata-se de um trabalho-processo que transborda e assume um traço transnarrativo. Faz-se uma leitura, embasada no historiador de arte Aby Warburg, que traz uma interpretação complexa sobre as imagens do mundo pra vir à luz o caráter simbólico e patológico das mesmas, cuja força não cessa de operar na história. Pretende-se com isso, ler o traço sintomático e do que evocam as imagens, expressões, símbolos, subjetividades e em que medida essas práticas de resistência apontam novas formas de se criar e performar no campo da política e da estética. Uma atitude política que busca fazer uma releitura do mundo. Nosso propósito vai além de puras descrições, pois pressupõe relacionar esse estudo com questões e temáticas que estão diretamente imbricadas no objeto que orientou as pesquisas e que trata de juventude, política, violência, polícia, genocídio, gênero, justiça, patrimônio, Estado, representação, teatro, performance, ativismo, máscaras.

E, da mesma forma, criar um espaço para ouvir as diferentes vozes: os gritos das ruas e das redes sociais, os recados contidos nos manifestos das ocupações, as representações simbólicas contidas nas performances, intervenções, flash mobs, grafites nas paredes, fotografias e vídeos. Mas também, perceber os termos usados e as sutilezas contidas nos relatos e nas abordagens acerca desses fatos narrados pela grande imprensa e pela mídia alternativa. Assim como considerar, nesse escopo, as análises de acordo com diversas interpretações e críticas feitas por diversos teóricos. Esse constructo apresentado tem, portanto, uma dimensão histórica, social, política, cultural e artística, com antecedentes e desdobramentos, que não estão dissociados. Ao contrário, interagem se somando ou divergindo.

A seguir, apresentamos os breves comentários que buscam destacar as principais questões que apontam importantes aspectos levantados na pesquisa e sinalizam novas tendências e mudanças temporais, geracionais, de comportamento, da conjuntura política, artística e da aproximação entre ativismo e arte, observadas na análise da pesquisa.

Uma observação interessante é que as manifestações de protestos ocorridas em junho de 2013, não somente foram denominadas como marchas, jornadas, protestos, manifestações, atos ou revoltas. Foram também foram classificadas de onda, enigma, explosão, eclosão, estopim, dentre outros termos nomeados.

Termos que remetem a uma força propulsora de expressões e de indignação que se espalhou das redes sociais às ruas e às ocupações de espaços públicos do Estado. E, além disso, de muita violência policial e de convocatórias sem os mediadores clássicos, de assembleias e revoltas polifônicas, que nos soaram como verdadeiros corais, de difícil catalogação, que nos revelaram a quebra das representações e o expresso desejo de uma democracia efetivamente participativa.

A catraca é o símbolo que representa uma forte causa que une os manifestantes, o entrave que impossibilita a passagem para acessar o transporte público e a possível solução para se alcançar o almejado no curto prazo: barrar o aumento, e a utopia mais distante de se chegar à tarifa zero, à catraca livre, ou seja, sem catraca. O *Movimento Passe Livre* define como a maior revolta popular no país dos últimos vinte anos e que o transporte público é a pauta central na luta pelo direito à vida na cidade.

Veio Junho de 2013, quando mais de 100 cidades no Brasil revogaram os aumentos nas tarifas após a maior revolta popular no país dos últimos 20 anos. Conforme o Movimento Passe Livre apontava, a questão do transporte público é uma pauta central na luta por direito à cidade. A cidade só existe para quem pode se deslocar por ela. Junto com o direito à habitação, o direito ao transporte está ligado à noção de segurança social mínima para a maior parte da população. Tanto que os 37 milhões de excluídos desse serviço no Brasil, sofrem com desemprego e muitos passam a dormir nas ruas do Centro, por não poder retornar à suas casas. Esse é o caso de Rafael Braga Vieira, que trabalhava nessa região e dormia ali por não poder pagar tarifa. Até ser preso e agredido por Policiais Militares durante a manifestação de 20 de Junho em 2013, que foi acusado de sua garrafa de Pinho Sol ser um explosivo, tornando-se o ÚNICO condenado das manifestações no Brasil. Numa clara criminalização do judiciário contra os mais vitimizados pelo modelo de cidade (...). Portanto, a revolta foi contra o cerceamento do direito fundamental à cidade e ao transporte público, que a tarifa representa (28/12/2014 <https://mplrio.wordpress.com/2014/12/28/pressao-popular-x-pressao-empresarial-o-que-esta-em-jogo-no-aumento-das-passagens-em-2015/>).

Concluí-se que essa explosão de manifestações de protestos, no período de 2013, colocou o Brasil no mapa das revoltas globais, passando a compartilhar com *Occupy Wall Street*, *15M*, *#YoSoy132* e *Diren Gezi*, um determinado formato das convocações, a arquitetura das manifestações e também alguns imaginários. Outro aspecto a se considerar é que essas manifestações, protestos, jornadas ou revoltas, que tiveram uma matriz urbana, aconteceram em diversas cidades, revelando a situação da vida urbana nas grandes *metrópoles* brasileiras.

Estima-se que cerca de dois milhões de pessoas saíram às ruas do país, entre junho e agosto de 2013, em 483 municípios, para protestar, na condição de cidadãos indignados contra o aumento da tarifa de ônibus e a qualidade de vida urbana. O auge dos protestos se deu no mês de junho envolvendo 353 cidades que mobilizaram um milhão de pessoas, somente no dia 20 de junho daquele ano.

A cientista política Maria da Glória Gohn (2014b) aponta que só se registrou algo parecido na história do país em quatro momentos: em 1992, no impeachment do ex- presidente Collor de Melo; em 1984, no Movimento das *Diretas Já*, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia. Neste período, ocorreram manifestações nos anos de 1960, nas greves e paralisações contra o golpe militar de 1964, e em 1968, com o movimento dos estudantes, na *Passeata dos Cem Mil*. A autora destaca que, em todas as manifestações ocorridas no Brasil e nos demais países, a praça transformou-se na grande ágora que abrigou e continua a abrigar a multidão em revolta. As próprias praças escolhidas já trazem um forte componente simbólico daquilo que representam na memória coletiva dessas cidades, uma vez que, pelos acontecimentos políticos em diferentes períodos históricos, são também lócus por excelência de espaço público para o exercício da cidadania. Na Grécia Antiga a praça era um espaço para o exercício da nascente democracia, para os discursos da Ágora. Gohn (2014a; 2014b) faz um estudo das manifestações ocorridas entre 2010 e 2013 em diferentes praças de Porta do Sol (Madri), a Willy-Brandt Platz (Frankfurt), Praça Taksim (Istambul); Praça Mohammad Bouazizi (Túnis), Praça Tharir (Egito); Praça do Parque Zuccoti /Wall Street (Nova York); e manifestações de junho de 2013, no Brasil, especialmente em São Paulo, na Avenida Paulista e Praça do Largo da Batata. E a Praça Cinelândia, no Rio de Janeiro, que abrigou grandes atos políticos.

Essas manifestações atuais em torno da luta contra o aumento da tarifa de transporte, na verdade perfazem dez anos de antecedentes, tendo início em 2003, com a *Revolta do Buzu*, *Revolta do Busão* e depois a *Revolta da Catraca*, ampliaram o seu rol semântico, em 2013, com o *Movimento Passe Livre* (MPL) sob o lema "Por uma vida sem catracas", tornando-se, provavelmente, o mais popular dos protestos ocorridos no Brasil.

O MPL segue ainda vivo, com novos protestos na capital, Rio de Janeiro, e em outras cidades do Estado/RJ, mas não com a mesma intensidade. Uma das mutações interessantes a se destacar das revoltas globais é a proliferação dos “catraços” (saltos coletivos de catracas) após os protestos brasileiros. A visita de alguns membros do *Movimento Passe Livre* brasileiro, ao México, transformou a campanha #MetroPopular no movimento #PosMeSalto. Os “catraços” dialogam diretamente com os movimentos *We Don’t Pay* de *Occupy Wall Street*, *Yo No Pago* na Grécia, *Me Metro* e *Stop Pujades* na Espanha, o #AkbiBasmaTurnikedenAtla na Turquia e o *Planka* na Suécia. O ecossistema de ações e movimentos sociais, ao redor da “tarifa zero”, do passe livre e do “pula catraca” é extenso. O site <http://tarifazero.org/> contém um registro de todos os coletivos e destacam-se a campanha/movimento *Tarifa Zero BH*, o *Bloco de Lutas pelo Transporte de Porto Alegre* e o “*Eu Pulo Catraca*”. (Bernardo Gutierrez, 10/03/2014, no site: <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-protestos-do-brasil-dialogam-com-as-revoltas-globais-4371.html/>).

Entretanto, percebe-se que sob o mesmo grito das manifestações brasileiras, em torno do #VemPraRua, vários atores, personagens, corpos, subjetividades expressaram suas vozes de matizes que iam do conservadorismo, neoliberalismo econômico e político a devires minoritários, movimentos sociais e partidos políticos de direita. Esse mesmo grito de convocação foi capturado pelo movimento, ligado à direita, intitulado posteriormente de “*Vem Pra Rua*”, junto a outros grupos como *Movimento Brasil Livre* (MBL) e *Revoltados On Line*, que se apropriaram, em 2014, mas principalmente em 2015, das manifestações com uma pauta pró-impeachment e combate à corrupção, camuflada em princípios de um neoliberalismo global.

Identifica-se nesse caldo diverso de corpos e subjetividades, além de dois grupos já existentes anteriormente, os que queriam menos Estado e impostos (os neoliberais) e os que queriam mais Estado (esquerda), os indignados (que queriam debater sobre os métodos de atuação social), os niilistas (com desprezo à política) e as celebridades (com forte capacidade de influência e mobilização).

As redes sociais, sem dúvida, ajudaram a ecoar e se conectar transversalmente, propagando a adesão de novos protagonistas nas redes da internet e nas ruas e imaginários. As manifestações, a partir de junho de 2013 no Brasil, assumiram uma magnitude de grandes proporções nas múltiplas ondas espalhadas no território nacional, que repercutiram internacionalmente. Sobretudo pela reação de uma polícia militar fortemente armada, reprimindo essas ondas com muitas bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e detenções. Esta violência repercutiu no exterior, gerando o repúdio de instituições como a Anistia Internacional. Do mesmo modo que no Irã (2009), na Primavera Árabe (2010) e nos levantes de Istambul, na Turquia, a repressão serviu como combustível para os manifestantes. Nos dias seguintes, eles ganharam a adesão de outros movimentos. E a indignação da população surtiu algum efeito: várias cidades reduziram a tarifa de ônibus, o Congresso Nacional aprovou projeto que torna a corrupção um crime hediondo e derrubou a chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC 37), que previa a redução dos poderes de investigação do Ministério Público.

1. Uma ágora de transformações

Sobre essa onda de protestos no Brasil e no resto do mundo, Breno Bringel (2013, p. 45) avalia que, antes de tudo, “a indignação não é um movimento social, é um estado de ânimo”. Para isso, ele exemplifica que a indignação social tem múltiplas fontes no sul da Europa, nos últimos dois anos, mas concentra-se, principalmente, na resistência em assumirem as consequências geradas pela crise, as quais deixaram de ser assumidas pelos seus responsáveis diretos, tornando-se os banqueiros e especuladores como alvos centrais das mobilizações sociais.

Esses mesmos alvos estavam no foco dos indignados do *Occupy*, nos Estados Unidos, reivindicando que o 1% não pode decidir o futuro da maioria da população dos 99%. Ao trazer essa análise para o Brasil, Bringel, considera que se trata de uma indignação extremamente difusa e crescentemente polarizada, numa conjuntura em constante alteração. Alguns expressam seu descontentamento com o funcionamento do transporte público e dos serviços públicos, de forma mais geral

(principalmente educação, saúde e segurança); outros apelam aos altíssimos custos (não somente econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos) da Copa do Mundo e dos megaeventos que já foram e continuam a ser realizados no país; jovens de classe média baixa indignam-se pela persistência profunda das desigualdades sociais; mas também há aqueles que insistem na indignação diante de questões mais específicas e setoriais, conquanto não menos importantes, como a PEC37, a criminalização do aborto, o projeto de lei aprovado para tramitação pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para a denominada “cura gay”, etc. (BRINGEL, 2013, p. 45). Essa indignação pouco articulada politicamente por parte desses indignados, em geral jovens, na opinião deste autor, se deve ao fato de tratar-se do “batismo político” da maioria, cuja revolta, ódio ou raiva ainda não se cristalizaram em uma ação política estruturada. E atribui à rejeição aos sistemas políticos, partidos tradicionais e às formas convencionais de organização, em que não encontram canais adequados de participação. Mas Bringel não faz disso uma crítica, ao contrário, acredita que se deve aproveitar a oportunidade de ruptura da apatia e queda do muro de silêncio, para a conquista de direitos e avanços na transformação social. E também para abraçar o desafio de adaptar e renovar nossas formas de ação, visando dar conta desse novo tipo de política viral e difusa.

Acerca da onda global de indignação contemporânea, o autor considera que o caso brasileiro assume tonalidades próprias que precisam ser consideradas. Para isso, aponta que é preciso entender as especificidades da contestação social em três dimensões. A primeira é que, ao contrário dos processos vividos na Europa, África e nos Estados Unidos, “não há uma difusão direta, permanente e sistemática dos protestos, enquadramentos, formas e repertórios de ação em outros lugares fora do Brasil” (BRINGEL, *Brasil de Fato*, de 27/06/2013). Isso reflete, segundo ele, um escasso aprendizado compartilhado de experiências de lutas sociais recentes, que muito poderiam contribuir para o atual momento do país. Em segundo lugar, em nossas mobilizações, diferentemente desses países que articulam o local e o global, ou a importância forte do regional, no caso da

Europa, “a escala nacional serviu como um dispositivo de bloqueio político que permitiu, em alguns casos, avivar posições nacionalistas de direita”. E, em terceiro lugar, cada manifestação, ocorrida nas capitais ou pequenas cidades brasileiras, se revestiu de demandas particulares e de críticas específicas à política local e regional, unidas às diversas culturas políticas, cujas “especificidades locais revelam também mudanças no perfil das reivindicações e na composição social dos manifestantes” (Op. Cit., 2013).

Isso define a ausência e atuação de certos grupos, nas manifestações de determinadas cidades, como indica, também, que as correlações de forças sejam distintas em lugares diferentes. Nesse campo, ele pontua que os atos de vandalismo e a violência revelam as desigualdades profundas, as segmentações e o classicismo da sociedade brasileira, com oportunistas infiltrados, sejam saqueadores, policiais e ex- policiais, racistas, xenófobos, homofóbicos e ultradireitistas. Daí é que resultam dois tipos de indignação: uma indignação de classe e opressão e uma indignação difusa e crítica.

Apresenta-se, assim, como questão-chave a ser enfrentada: como canalizar a indignação em movimento social transformador? A resposta não é fácil, tendo em vista a profunda disputa de significados pelas movimentações recentes. O primeiro bloqueio vem dos meios de comunicação hegemônicos, que, com a ausência de um pluralismo informativo, têm pautado a interpretação dos acontecimentos. As redes sociais são uma ferramenta importante para a comunicação horizontal, a convocatória e a difusão de mensagens, porém insuficientes, pois, em geral, não geram/produzem contrainformação sistemática e interpretações de amplo alcance. Desse modo, urge a criação de plataformas mais abrangentes de informações alternativas, que possam chegar a um contingente mais amplo da população (BRINGEL, Jornal citado, 27/06/2013). O autor acrescenta que é urgente, ainda, investir em plataformas de formação política, dentro do processo de mobilização atual.

Para alcançar esse significado transformador da indignação, coloca-se a exigência de uma formação e conscientização política, como elemento central para frear a capitalização dos protestos pela direita. E ainda, a exemplo dos espaços de convergência, ele cita as macro-assembleias e os

fóruns de discussão, decorrentes da onda de indignação global. Nesse sentido, o Brasil também deve ampliar os espaços coletivos de construção, uma vez que tem sido, nos últimos anos, um importante exemplo no mundo, de “laboratório democrático”, que se expressou em canais diversos de participação e deliberação da sociedade, principalmente no campo institucional. Bringel (2013) faz quase um apelo que reinventemos e aprofundemos isso, também nos espaços públicos. Ao converter as cidades em uma grande ágora, este pode ser um primeiro passo para canalizar a indignação dispersa e fragmentada, em potencial transformador. É uma boa oportunidade, também, para renovar as formas e forças de esquerda e sensibilidades comprometidas com a justiça social e a emancipação.

2. Devires minoritários de 1968 a 2013

É possível notar que as subjetividades e corpos emergentes em 2013, no Brasil, nos remetem a maio de 1968, onde o modo estético, artístico e performativo de protestos dos movimentos revolucionários e libertários, se assemelha aos questionamentos políticos, através da arte, como ferramenta potente para novas configurações constitutivas de fazer política. O conteúdo dos protestos artísticos nos movimentos sociais do ano de 1968, assim como em 2013, provinha das diversas referências socioculturais e simbologias, comuns às populações de onde saíam esses protestos, interconectando a expressão artística com o ativismo político. Em ambos os casos, as performances, meetings e happenings ocuparam o espaço público, quebrando a rotina do meio urbano. Os movimentos de Maio de 1968, liderados por grupos marginalizados e devires minoritários, foram influenciados pela teoria da contracultura, que, através de seus manifestos, questionava o modelo político vigente. Dois eventos marcaram a potencialização da contracultura no ocidente, Maio de 1968, em Paris, e a Guerra do Vietnã, de 1955 a 1975, perpetuada pelos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria.

Devires minoritários de movimentos sociais, como o feminismo, o movimento negro, o movimento gay, etc. colocaram em questão a repressão de gênero, etnia e sexualidade, confrontando, através de protestos artísticos e performáticos, as instituições culturais normativas.

Vimos que esses mesmos movimentos de 68 voltaram às ruas, em 2013, com uma nova cara. A contracultura, como oposição à política global, capitalista de um sistema autoritário, que instigava a individualidade e o consumo, trouxe também à cena uma vertente anarquista, como o punk, nas décadas de 1970 e 1980, que expressou o seu protesto artístico pela música, indumentária e postura contestatória. E também por outras subjetividades, como hippie hop, o reggae e o *skinhead*.

Observa-se que essa tendência anarquista também reapareceu nas ruas de 2013, no Brasil, sob uma nova roupagem, a exemplo do surgimento do mascarado Black Bloc. Com suas vestimentas e bandeiras pretas, o símbolo do anarquismo na quebra dos símbolos do capital, neste caso, é expresso pela sua teatralidade performática. É possível perceber que, assim como em Maio de 1968, há uma forte presença de jovens na política.

A revolução estética de maio de 1968, considerado como o primeiro movimento cultural de globalização contemporâneo, acabou por inspirar historicamente todos os movimentos que protestam contra o sistema vigente. No caso do Maio de 1968, na Europa, o foco foi a luta dos estudantes contra autoridades, em reação ao fechamento da Universidade Nanterre, nos arredores de Paris. Ou seja, o estopim das manifestações de junho de 2013, no Brasil, igualmente inicia com os estudantes nas ruas, mobilizados que são pelo *Movimento Passe Livre* (MPL), com um forte traço etário juvenil.

3. Sobre a juventude

Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com uma outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob a coordenação de uma liderança central. No entanto, essas manifestações de junho de 2013, fazem parte de uma nova forma de movimento social, composta predominantemente por jovens, escolarizados, em geral de classe média, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente e críticos das formas tradicionais da política, especialmente os partidos e os sindicatos (GOHN, 2014b, p. 9).

Esses coletivos e manifestações são grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política. A autora considera que se formou uma nova cultura sociopolítica, pois manifestar-se deixou de ser um ato apenas de combate a regimes autoritários ou uma ação para sindicalistas, estudantes ou moradores da periferia.

Observa-se uma juventude nova, escolarizada, que, segundo o sociólogo Marcelo Ridenti, é resultado de anos de investimento social. No entanto, ele sinaliza que, pelas estatísticas atuais, 70% dos jovens de 18 a 24 anos não estão nas escolas. Os que estão nas ruas são, sobretudo, os 30% da juventude que estão nas universidades, no Ensino Médio, ou são recém-formados, a maioria dos quais trabalha. Mesmo com todos os problemas, tem havido uma rápida escolarização. Hoje, existem quase 7 milhões de pessoas nas faculdades. Os antecedentes dessa situação estão relacionados com o aumento da escolarização, que, em termos percentuais, ainda é baixo, mas em números absolutos é alto. Ridenti considera que as manifestações revelam uma certa descrença nas instituições e a incapacidade dos mecanismos tradicionais para expressar essa nova juventude.

Trata-se de uma mudança morfológica, que nos força a redefinir as categorias analíticas de atores coletivos. Esses movimentos juvenis não estão compondo uma única categoria social, assumindo um papel fluído e multifacetado de uma rede digitalizada. Eles são um laboratório de novos modelos culturais, pontos de vista alternativos, formas de relacionamento que são testados e colocados na prática, em redes que emergem somente de modo esporádico em resposta a problemas específicos. Esses jovens conectam a ação, ao pensamento, teoria à prática, e expressam em suas indumentárias, corpos e subjetividades, uma crítica constante ao sistema normativo enraizado nas instituições de poder que se destacam nas áreas políticas, culturais, sociais, econômicas, antropológicas, educacionais e artísticas. Outros fatores são a atual descrença na política como possibilidade de mudança, o esvaziamento dos poderes pelo fenômeno da globalização e a predominância dos interesses e dos valores de mercado. A política, nacional e local, acaba esvaziada e curva-se à economia e às pressões do mercado.

Os grupos juvenis se apresentam como novas formas de celebrar os vínculos entre uma nova geração. A noção de juventude se expandiu acompanhando a expansão do mercado de consumo. Como já vimos, dos movimentos de juventude decorre a criação de uma contracultura, principalmente nas manifestações de 1968, que colocou em questão uma nova ordem social, política e cultural.

Porém, o tema rebelião ou revolta praticamente desapareceu do discurso sobre a juventude, na década de 1980, ainda na vigência da ditadura civil-militar. Muita coisa mudou, é o que nos dizem os acontecimentos de junho de 2013. Mudou na relação com a comunicação. Ao irem para a rua e se manifestarem publicamente, os movimentos sociais pareciam mostrar que podia existir futuro. Mas não tem futuro ou o futuro se aproximou e é hoje este presente que estamos vivendo? Pode-se dizer, com apoio de autores de livros e de matérias jornalísticas, que foram consultados, que essas pessoas na rua já são um futuro. Mudou a aceleração social do tempo. Todavia, na contramão das manifestações de junho de 2013, o tempo real é impulsionado pela aceleração tecnológica associada à indústria da guerra. Estamos numa fase de contrarrevolução permanente, sem revolução. Há insurgência no Brasil, porém sem urgência. Não existe mais mundo do trabalho e uma versão benigna de urgência/emergência (ARANTES, 2014).

4. Ocupações da Cultura

No que se refere às ocupações, o movimento, nomeado de “Ocupas”, desencadeou um processo imprevisível, ao mesmo tempo disruptivo e instituinte, que balançou as estruturas de poder. O movimento, iniciado em 2015, pelos jovens secundaristas que ocuparam suas escolas, se disseminou pelo país, contagiando artistas e trabalhadores da Cultura no Brasil, em 2016, contra a extinção do Ministério da Cultura e contra o governo interino de Michel Temer, no momento em que se confirmou o impeachment e consequente destituição da presidenta Dilma Rousseff. O movimento de Ocupações do Ministério da Cultura esteve na vanguarda da transformação da sociedade civil, trazendo à tona o lugar da arte como um espaço de resistência, de veículo para expressar uma mensagem política.

Nos manifestos da Cultura pela Democracia e textos veiculados nas redes sociais e para a imprensa, não se tratou apenas de não reconhecer o governo ilegítimo de Michel Temer e da sobrevivência do setor cultural, mas da sobrevivência de todo o povo brasileiro. Tanto que mesmo com a retomada da pasta do Ministério da Cultura, após toda essa pressão feita pelo movimento de ocupação que se espalhou pelos 27 estados, a decisão foi de manter-se a Ocupação, por entender tratar-se de um golpe contra a democracia com a retirada da presidenta Dilma Rousseff do governo.

O movimento, que se destacou no Rio de Janeiro (Ocupa MinC/RJ), se transformou no principal polo de resistência política, e estética contra o golpe à democracia. Essas ocupações acabaram por ressignificar os espaços públicos do Estado e as ruas, ao provocarem a experimentação estética pelo viés da diversidade de áreas de pensamento e linguagens artísticas, em diferentes formatos, que se materializaram em shows, fanfarras, hip hop, cirandas, rodas de samba, rituais, permacultura, performances, aulas públicas, rodas de debates, jogos, oficinas e brincadeiras, grafites, coreografias, intervenções visuais e fotográficas e exposições de vídeos e filmes. E discutiram diversificadas temáticas sobre: gênero, etnia, cidade, favelas, educação, saúde, cultura, artes, patrimônio, petróleo, mídias etc.

Em particular, esse modo potente de protesto na ocupação de espaços públicos da Cultura agregou vários segmentos e atores deslocados da macropolítica e excluídos do espaço urbano. Desde usuários da saúde mental, como também os vendedores ambulantes e a população em situação de rua, passaram a fazer parte da Ocupa MinC RJ. Fato este que nos faz repensar uma nova roupagem dos devires minoritários, não somente restritos aos grupos, aos coletivos e movimentos, estendendo-se aos excluídos e silenciados pelo sistema representativo da política e exigindo a escuta de seus murmúrios, silêncios e vozes dissonantes.

O filósofo Peter Pal Pelbart (2016) denuncia um estado de exceção, que nos coloca como prisioneiros políticos a céu aberto de um fascismo crescente, lançando a seguinte pergunta: E se essa operação de destampe da imaginação política se estendesse à sociedade como um todo?

Ele faz um paralelo a um teatro esgotado e degradado da representação institucional, ao que acredita que, com as ocupações dos estudantes secundaristas, ocorridas em 2015 e 2016, que acabaram por inspirar a ocupação dos trabalhadores da Cultura, configurou-se uma nova coreografia política, carregando uma atmosfera de grande frescor, um afeto coletivo inusitado, uma dinâmica de proliferação e contágio, uma maneira inédita de manifestar potência multitudinária, que prolongou o que de melhor houve em 2013, sem se deixarem capturar pelo que de pior ocorreu ali.

De outro lado, vimos que permanece o pessimismo, uma descrença na política como possibilidade de mudança. E uma criminalização do papel do político e do significado da política. Um esvaziamento dos poderes pelo fenômeno da globalização, o recorrente uso do combate à corrupção para justificar a apropriação e a captura das pautas, bandeiras e narrativas trazidas para as ruas. Essa grande quantidade de manifestações trouxe à tona novamente a ideia do lugar da arte como um espaço de resistência. Isso esteve presente em inúmeros momentos da história. Tudo se passa no fundo como se a elaboração de modelos novos precisasse de uma certa forma de resistência. Compreende-se no percurso trilhado desse fenômeno, que nas performances, cartazes, manifestos e petições produzidas, criou-se uma intersecção entre arte e protesto político. Que a arte pode ser uma forma de militância e servir como veículo para uma mensagem política.

No entanto, há uma dimensão mais profunda que a psicanalista Suely Rolnik (2017) chama de potência política da arte. Para ela, na sociedade ocidental capitalista e colonizada, nós perdemos o contato com os conhecimentos tradicionais e com a potência criadora da natureza. Por conta disso, a única atividade humana na qual é possível manter essa germinação é a arte. A resistência está, portanto, no próprio ato de criação. Rolnik ressalta que, ainda assim, com a consolidação do neoliberalismo, na década de 1980, o capital começa a se apropriar até mesmo da arte. Hoje o capital tem uma inserção muito mais sutil e perversa do que anteriormente. Porque ele se alimenta da própria força de criação e nesse sentido a arte levou uma “porrada”. Quando a comunidade artística se deu conta, começou uma grande movimentação que permanece até hoje.”

Miguel Chaia concorda que no momento prevalece um tipo de produção que se aproxima do ativismo. “A relação entre a arte e a política depende do momento histórico. Com a ascensão de Trump e mesmo a de Temer, presencia-se, como reação e forma de protesto, uma politização da arte. Hoje, o artista ganha força como ativista e cidadão que atua no espaço público.” (CHAIA, em: <http://brasileiros.com.br/2017/03/arte-pode-ser-uma-forma-de-resistencia/>). Para este pesquisador, a diferença é que, em períodos anteriores, as críticas sociais e políticas estavam implícitas nas próprias obras. “Hoje, a resistência está muito mais no ativismo do que nos trabalhos em si.

Quando o artista fala ‘Fora Temer’, ele não está produzindo um objeto estético, é um movimento. Há poucas produções que tratam disso.” Chaia acredita que essa transformação não é boa e nem ruim, sendo o reflexo de uma nova conjuntura. “Hoje há uma urgência em se expressar, as coisas acontecem muito rápido, não é como no caso de *Guernica*, de Picasso, que era uma resposta a uma guerra longa.” Ele também cita as redes sociais como importante ferramenta de mobilização, permitindo que as pessoas tomem posições rapidamente. “Mesmo com a ascensão de políticos como Trump, não há censura e ainda há espaço para as pessoas se manifestarem. Antes, a crítica (de artistas) a um contexto político tinha que ser feita na própria obra, não havia outra forma.” Outro fator, que pode ser encontrado no mesmo site, é a emergência de diversos coletivos de artistas: “Não é mais o tempo de uma vanguarda que aponta para uma única direção, são vários grupos que se manifestam”.

Rolnik também comenta essa nova conjuntura: “Desde os anos 1990, o ativismo foi se distanciando da militância tradicional e incorporando novas formas. Isso se dá em vários setores, inclusive na arte. Hoje o ativismo e a arte estão interligados. Já não é mais como nos anos 1960, quando, de um lado ficava a prática cultural e, do outro, a militância”(2017). E Chaia ainda pontua que é cada vez mais difícil definir o que é a arte ou a política. “São conceitos polissêmicos, não é possível fazer uma definição fechada. E o interessante é que, hoje, assim como a arte se aproxima da política, também acontece o inverso.

João Doria, prefeito de São Paulo, por exemplo, está fazendo performances ao se vestir de gari. E, mais ainda, quando ele lança o programa Cidade Linda, há toda uma concepção de estética, do belo, que tem um sentido muito perigoso e autoritário”, afirma. (Em 27/03/2017, <http://brasileiros.com.br/2017/03/arte-pode-ser-uma-forma-de-resistencia/>). Essa “nova forma” política, nomeada por uma metáfora teatral, é um simulacro ou encenação. Na encenação, o estilo parece uma fantasia, uma imagem montada para impactar, para atrair a atenção, desafiar a leitura e a decifração (2006). Não é usado para expressar naturalmente um modo de vida, mas fazer uma aparição cênica, segundo a definição do dicionário de Caldas Aulete¹, de encenação como algo que se torna pública, e a ideia de aparência trazida por Arendt (1983, p. 61), como aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos e constitui a realidade, mas que parece também confundir a aparência com aparição cênica e o espetacular (ABRAMO, 1994). Podem sugerir, ainda, a concepção de uma vida social em que os indivíduos-membros da sociedade desempenham papéis predeterminados, como numa peça de teatro, como simulacro ou imitação do real.

Nessa direção, o sociólogo Richard Sennet explica porque as instituições não gerarão uma política progressista, procurando focalizar algo que é compartilhado pelo consumo e pela política: o teatro. Segundo ele, “o reino do consumo é teatral porque o vendedor, como se fosse um dramaturgo, precisa contar com a crença do faz-de-conta para que o consumidor compre (SENNET, 2006, p.147).” Até a prosaica Wal-Mart vem a ser esse teatro, um teatro em que a simples massa de produtos em oferta altera a compreensão do espectador-consumidor, uma vez que o uso possessivo é menos estimulante que o desejo das coisas que ainda não tem; a dramatização do potencial leva o espectador-consumidor a desejar coisas que não pode utilizar plenamente. De acordo com Sennet, a política não é menos teatral e a política progressista exige uma certa retórica.

1 Neste Dicionário, a Encenação pode referir-se a: 1.Ação ou resultado de encenar; 2.Montagem de espetáculo teatral; 3.Representação; conjunto dos meios e processos artísticos e técnicos que concorrem para realizar um espetáculo teatral; 4.Direção teatral.

“Mobiliza nos cidadãos uma voluntária crença no faz-de-conta de sua própria experiência acumulada”. Entretanto, considera que a comercialização da política pode adquirir contornos muito mais negativos, tal qual a comercialização de bens de consumo. A partir daí, ele propõe um paradoxo: o de que os indivíduos podem entrar em sua própria passividade, abordando cinco maneiras pelas quais o consumidor-espectador-cidadão é afastado da política progressista, em direção a esse estado mais passivo. Assim, para este mesmo autor, cada elemento deriva diretamente da cultura do novo capitalismo, numa lista onde o consumidor-cidadão é: (1) convidado a aprovar plataformas políticas que mais parecem plataformas de produtos; (2) e diferenças laminadas a ouro; (3) convidado a esquecer da “retorcida madeira humana” (como se referia a nós o filósofo Immanuel Kant) e (4) dar crédito a políticas de mais fácil utilização; (5) aceitar constantemente novos produtos políticos em oferta (SENNET, 2006, p.148). Com a palavra progressista, Sennet (2006) quer dizer que uma boa forma de organização política é aquela em que os cidadãos acreditam que estão unidos num projeto comum. “A nova ordem institucional se exime desta responsabilidade, tentando representar sua própria indiferença como liberdade para os indivíduos ou grupos da periferia; o vício da política derivada do novo capitalismo é a indiferença”.

É certo que, no capitalismo estético, destacam Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2014, p. 41), conseguiu se criar um ambiente estético fértil, difundindo, ao mesmo tempo, normas de existência de tipo estético (prazer, emoção, sonho, evasão, divertimento). No entanto, este modelo estético de existência volta-se para o consumo, estando longe de ser sinônimo de vida prazerosa, porque acompanhado de dependência, de febrilidade, de sujeição aos modelos comerciais, de uma relação, com o tempo e com o mundo, dominada pelos imperativos da velocidade, do rendimento e da acumulação. Uma vida estética, neste nível, não pode ser aprisionada nos limites das normas do mercado. “Dever-se-ia sublinhar os limites, as contradições que estão no centro da sociedade de mercado transestético, assim como as vias que conduzem a uma vida estética mais rica, menos insignificante, menos formatada pelo consumismo” LIPOVETSKY; SERROY (2014, p. 42).

Bem, mas as questões não se encerram, se repetem, possivelmente de uma outra forma, com nova aparência. Para Lipovetsky e Serroy (2011), o triunfo do hipercapitalismo não é apenas econômico, é cultural; ele se impõe fazendo recuar a força estruturante das ideologias, das forças sociais, das instituições, que por muito tempo funcionaram como reguladoras do mercado. A igreja, o socialismo, a nação, a escola, as culturas de classe, nada disso constitui contrapesos verdadeiros ao reinado absoluto do mercado. (Op. cit., p.38).

Encontram-se no cotidiano e no espaço público das ruas os elementos do mundo do teatro e da performance, que buscam uma equivalência em instrumentos, antes utilizados principalmente por profissionais das artes, e que passaram a ser cada vez mais utilizados por toda e qualquer pessoa, na atualidade, tornando-se potenciais ferramentas para expressar politicamente uma determinada narrativa, ou ainda, uma causa, indignação, revolta, reivindicação, resistência ou insurgência, como se viu nas manifestações em 2013 e nas ocupações em 2016, resultando em muitos confrontos e no que acabou sendo chamado de “disputas de narrativas”.

5. E o que restou do espetáculo “Impeachment ou golpe?”

Falar de impeachment ou golpe requer pensarmos o real significado da democracia, no momento em que passamos por um estado de exceção, diante do que se identifica ter-se tratado de um golpe político-jurídico-midiático, com a perda de direitos fundamentais conquistados na Constituição de 1988, como a garantia do pleito eleitoral resultante do voto nas urnas, que elegeu a presidenta Dilma Rousseff. Esse enredo iniciado em 2013, com sua estreia no ano de 2016, que nomeamos de espetáculo “Impeachment ou Golpe?”, foi mostrando, ao longo de 2017 e nos anos seguintes, seus bastidores de um presidente extremamente impopular, que tentava ali aprovar reformas trabalhistas e previdenciárias que implicaram em significativas perdas de direitos da classe trabalhadora brasileira e deflagrar privatizações e parte da venda de espaços da Amazônia, mesmo rejeitadas pela maioria da população. E tudo isso foi feito por um ocupante no Planalto que está envolvido em escândalos de corrupção e que negocia o apoio parlamentar com verbas e loteamento de cargos.

E que contou com o apoio de muitos deputados e senadores sobre os quais recaem inúmeras denúncias de recebimento de propinas cujas investigações continuam paralisadas. Esta realidade divulgada amplamente pelos meios de comunicação, mesmo sem conter uma dimensão crítica, nos leva a crer que a principal bandeira de combate à corrupção, defendida pelos movimentos, pannels e atos pró-impeachment, promovidos pela direita, funcionou como um véu, uma cortina de fumaça, que ajudou a encobrir e a iludir a população brasileira acerca dos reais motivos políticos, econômicos empresariais e financeiros envolvidos.

Viu-se repetir esse comportamento conservador por parte dos grupos, como o *Movimento Brasil Livre (MBL)* em 2017, substituindo a pauta do combate à corrupção para as questões de gênero e pedofilia, concentrando agora o seu foco na censura às artes. As manifestações foram lideradas principalmente pelo *Movimento Brasil Livre (MBL)*, que pediu o encerramento da exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em cartaz há quase um mês no Santander Cultural, em Porto Alegre, que acabou sendo cancelada após essa onda de protestos nas redes sociais e pregar ainda um boicote ao banco Santander.

E os protestos de conservadores e religiosos seguiram por outros museus, como o *Museu de Arte Moderna (MAM)*, em São Paulo, depois de uma menina, acompanhada da sua mãe, ser filmada tocando no pé do artista fluminense Wagner Schwartz, que se apresentou nu. O Museu foi acusado de promover a pedofilia, embora a obra apresentada não tivesse nenhum conteúdo erótico e tratasse de uma leitura interpretativa da obra *Bicho*, de Lygia Clark. A partir daí, vários acontecimentos inusitados ganharam espaço nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais, como os protestos no MAM; o ataque a uma peça de teatro onde Jesus Cristo era representado por um transexual; o debate em torno da permissão da justiça para tratar homossexuais por psicólogos; as discussões em torno da “Escola sem Partido”; a invasão de universidades públicas por grupos de direita que são contra o comunismo; o ataque a Paulo Freire como patrono da educação no Brasil; e o ataque à filósofa Judith Butler, dentre outras ações polêmicas.

Mas, o que se torna preocupante nesses acontecimentos, é o apelo a impulsos inconscientes, irracionais e agressivos dos indivíduos, despertando o monstro do fascismo em nossa sociedade. Agora a palavra de ordem não é mais a corrupção, é o apelo à moral e aos bons costumes. A cada dia surge uma nova manifestação, onde grupos conservadores apelam aos sentimentos morais dos indivíduos, mobilizando recursos inconscientes para fins políticos.

Desse modo, não há dúvida quanto aos interesses econômicos de grandes corporações e do capital financeiro na manipulação dos afetos. O golpe das elites no Brasil é prova disso. Com a ajuda dos meios de comunicação de massa, elas foram capazes de levar milhares de pessoas às ruas para se manifestarem contra a corrupção atrás de um pato gigante, gerando não somente sentimentos de ódio, mas de vergonha em relação ao governo PT. O fato é que o golpe ainda continua, uma vez que as elites buscam sua manutenção no poder. Contudo, agora a palavra de ordem não é mais a corrupção, mas é o apelo à moral e aos bons costumes (...). O que se pode notar nessas manifestações de intolerância é o visível estado de paranoia das pessoas. Elas possuem pensamentos delirantes e irracionais. O que as motivam é a ideia obsessiva e neurótica de que há um complô contra os valores da família, da religião e dos bons costumes. E essa paranoia tem cada vez mais contaminado a coletividade. (Site: <https://filosofonet.wordpress.com/2017/11/16/a-politica-como-manipulacao-dos-afetos/>).

Diante dessa ameaça à democracia no atual contexto do capitalismo neoliberal e já prenunciando sua falência, seu esgotamento, caberia trazer o questionamento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos: “Há futuro para a democracia num mundo dominado pelo capitalismo financeiro global, pelo colonialismo e pelo patriarcado nas relações sociais? Em caso afirmativo, a democracia do futuro romperá com o modelo democrático atualmente dominante?”, pergunta (SOUSA SANTOS, 2016, pag. 7).

Esses movimentos nas ruas e nas ocupações representam uma perturbação, um obstáculo a essa jaula de ferro de um sistema capitalista que aprisiona e tenta calar essas vozes dissonantes. Os movimentos de ocupações foram um motor principal de resistência e de reinvenção ético, estético e político, do próprio significado da palavra democracia. Há uma comunidade insurgente de vozes no mundo inteiro que se articulam sem mediações institucionais tradicionais. Um novo e potente espaço de compartilhamento de indignações que discutem novos modos e abordagens de ações coletivas.

Quem sabe apontando um caminho novo e potente de transformação da democracia? Porém, essa potência política da arte é também utilizada pelo capital que hoje tem uma inserção bem mais sutil e perversa para fazer da política um espetáculo ou novela, a ser acompanhada digerida e consumida em capítulos como atrativo ilusório e confundir ficção com realidade. A exemplo do que vivemos nesse atual momento com a chamada pós-verdade, as *fake news* e as falsas polêmicas produzidas na política. O intuito é de atrair a atenção e desfocar dos reais interesses e abafar o que de fato está em jogo, envolvendo cortes de recursos, demissões, privatizações, desmonte de políticas públicas ou casos de corrupção, para assim, evitar quaisquer manifestações contrárias.

Percebe-se, com isso, que há uma crise generalizada da representação, assim como o uso inadequado de recursos públicos, que muitas vezes deixam de atender às prioridades reais da população, colocando no centro da agenda política a necessidade de experimentar novas formas de organização e gestão democrática. A crise econômica, política, crise de laço social, é também uma crise do imaginário social que nos leva a pensar no tema da comunidade, do estar em comum. Na presença e de forma inventiva pra instituir-se uma comunidade imaginária, uma comunidade que integre os que não têm comunidade. Na crise de representações e de espaços hegemônicos, nenhuma fala universal representa a sua voz. Se a arte, a literatura e a cultura já vivem em crise permanente e fazem do risco de sua extinção a sua razão de ser, expandem a crise para além de suas fronteiras e colocam a linguagem à prova sabendo que podem fracassar, que arte, que literatura, que teatro poderá emergir da crise, da queda, de um possível colapso, das ruínas? O sociólogo Gabriel Kessler propõe a metáfora da queda como nó central em que os novos pobres definem sua situação. “Vamos caindo”, dizem.. (..) como diz Paul Valery: o mais profundo é a pele. (Tabarovsky, pag. 46, 2017).

Porém, há que considerarmos que a crise não é principalmente econômica, ecológica ou política, é antes de tudo uma crise da presença, dominada por uma sofisticada aparelhagem da ausência. Nossa conexão ao mundo virtual está atravessado de telas que nos desligam do mundo real à nossa volta, num regime de semipresença constante. Uma catástrofe, acima de tudo, existencial, afetiva, metafísica de estranheza do homem ocidental em relação ao mundo.

Não foi o mundo que se perdeu, fomos nós que perdemos o mundo, somos nós que estamos amputados e recusamos alucinadamente o contato vital com o mundo real. Um reflexo de nossa ausência de mundo, de nossa impotência íntima para habitá-lo. Fukushima oferece o espetáculo dessa perfeita falência do homem e de seu domínio, que não engendra mais do que ruínas.

Colocar o humano no centro era o projeto ocidental, mas o mundo agora está cansado da humanidade. Há que sair da bolha autista da impermeabilidade em relação a tudo e se prestar atenção aos ininterruptos levantes dos povos indígenas da América Central e da América do Sul, nos últimos vinte anos. Suas palavras de ordem de “colocar a terra no centro” poderiam ser uma declaração de guerra contra o homem fazendo-lhe voltar à terra. Ninguém pode antecipar a potência de um encontro. São insurreições que se prolongam molecularmente, na vida dos bairros, dos coletivos, das ocupações, dos centros sociais, dos seres singulares, no Brasil, assim como na Espanha, no Chile, na Grécia (Pelbart, 2016).

O que está em jogo nas insurreições contemporâneas é a questão de saber o que é uma forma desejável de vida e não a natureza das instituições que a subjagam. Mesmo sem um programa político em marcha, as insurreições põem devires revolucionários em ação. Procuramos o poder no estado sólido enquanto ele já passou ao estado líquido, senão gasoso, e se manifesta na constante dissolução de todas as formas. Não é nem uma sociedade nova e nem a derrubada do poder para constituir um novo, é uma potência coletiva que condena o poder à impotência frustrando cada uma de suas manobras. Nesse caso, a linguagem serve menos para descrever o mundo e mais para ajudar a construí-lo. É necessário repensar a ideia de revolução como pura destituição. Para destituir o poder não basta, portanto, vencê-lo na rua, dismantelar seus aparelhos, incendiar seus símbolos. Destituir o poder é privá-lo de seus fundamentos. É isso justamente o que uma insurreição faz. “O rei está nu”, é dito então, porque o véu constituinte está em farrapos e toda a gente pode ver através dele. Destituir o poder é privá-lo de legitimidade, de seus fundamentos, é conduzir a assumir sua arbitrariedade, a revelar sua dimensão insurgente. É mostrar que ele não detém mais do que a própria situação, sobre a qual desdobra estratégias, procedimentos, combinações.

É forçar o governo a descer para o nível dos insurgentes, que não serão mais “monstros”, “criminosos”, “terroristas”, mas simplesmente inimigos. Na insurreição, o poder vigente é mais uma força entre outras sobre um plano de luta comum, e não mais essa metáfora que rege, ordena ou condena todas as potências. Uma perspectiva revolucionária não tem mais a ver com a reorganização institucional da sociedade, mas com a configuração técnica dos mundos. Trata-se de uma linha traçada no presente e não uma imagem no futuro. Na era das redes, governar significa assegurar a interconexão dos homens, dos objetos e das máquinas, assim como a livre circulação da informação produzida. A passagem da antiga governabilidade econômica à cibernética abre uma fase de instabilidade, na qual o que pode ser colocado em cheque é a governamentalidade. Apenas uma força coletiva pode construir hoje uma força revolucionária de forma a agregar toda a inteligência técnica numa força histórica, e não num sistema de governo. Nesses tempos de conexão, rede, auto-organização, o novo modelo para este século se apoia na cocriação e na colaboração. (2016).

Para transformar-se essa indignação em ferramentas de transformação exige recuperar a capacidade de diálogo que foi interrompida com a negação da liberdade de se expressar para se definir as políticas com a participação da sociedade civil. É fundamental também fazer-se a formação, a conscientização política e a capacidade de aproximação das esquerdas para frear a capitalização dos protestos pela direita. E tomar por base de aprendizado os movimentos sociais, sejam os mais clássicos, como o movimento operário e o camponês, ou os mais “heterodoxos”, como o indigenismo, o feminismo, as redes de luta contra o racismo e o movimento LGBTI. Um outro desafio fundamental será romper com o bloqueio hegemônico dos veículos de comunicação que têm pautado a interpretação dos acontecimentos em função de seus interesses políticos e econômicos. Nesse ponto, as redes sociais são uma importante ferramenta para se estabelecer essa comunicação mais horizontal e difundir as mensagens. E implica também reconhecer e fazer um levantamento das questões trazidas nas manifestações de protestos, coletivos e movimentos juvenis como grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política e redirecionar o Estado e os governantes.

Na direção de um governo democrático, participativo e de cunho mais popular. Mas para isso, implicará ouvir, acolher e se construir uma política que envolva os excluídos do espaço urbano, silenciados pelo sistema representativo da política/polícia que não os representa. É urgente começar por ouvir essa infinidade de gritos que estão abafados e acolher esses corpos sufocados, os sem teto, os sem terra, os indígenas, a população negra, LGBTI, as mulheres, a juventude, os pobres, e suas diferentes bandeiras, palavras de ordem, inquietações, símbolos, expressões profanas, religiosas, políticas, científicas, culturais, sociais, artísticas, econômicas, as identidades individuais e coletivas. E, assim, ampliar o campo participativo, democrático, institucional, na relação Estado-Sociedade, para criar formas coletivas e horizontes democráticos de uma nova arquitetura de poder com um governo construído juntamente com e para o povo. Na direção de se construir uma ética social, cultural. Uma ética comunitária.

Algumas Referências:

- Abramo, Helena Wendel (1994) *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.
- Andrade, Rosane de (2002) *Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo/SP: Estação Liberdade, EDUC.
- Arantes, Paulo Eduardo (2014) *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.
- Arns, D. Paulo Evaristo (organização) (1985) *Brasil: Nunca Mais*. RJ: Vozes.
- Arendt, Hannah (1983) *A condição humana*. RJ: Ed. Forense Universitária.
- Benjamin, Walter.(1994) Pequena história da fotografia. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. SP: Brasiliense, (Obras Escolhidas, v.1)
- Bringel, Breno. (2014) “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013, jul/ago/set 2013”.
- Canclini, Néstor. (2016) *O Mundo Inteiro como Lugar Estranho*. São Paulo, Edusp.
- Carvalho, Igor. (2015) Da despolitização ao ódio. Revista *Caros Amigos*, Nº. 217 (Capa).
- Chaia, Miguel. (2007) *Artivismo – Política e Arte Hoje*. Revista *Aurora* nº 1, 2007.
- Chequer, Rogerio, Butterfield, Collin, (2016) *Vem Pra Rua*, São Paulo: Matrix.
- Chomsky, Noam. (2013) *Occupy*. Lisboa/Portugal: Antígona.
- Debord, Guy (1997) *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.
- Deleuze, Gilles, Guatarri, Félix, (1995) *Mil Platôs*, Vol 1, São Paulo: Editora 34.
- Delorenzo, Adriana. (2013) “Era óbvio. As cidades estão insuportáveis”. In: *Edição Especial Fórum* (124): SP, pag. 18-19.
- Dupuis-Déri, Francis. (2014) *Black Blocs*. Trad. Guilherme Miranda. SP: Veneta.
- Eagleton, Terry, (2013) *Doce Violência – A ideia do trágico*, São Paulo: Unesp.
- Eichenberg, Fernando. (2013) “Vejo esses movimentos como Maios de 68 pós-modernos”. *O Brasil nas ruas*. Entrevista Maffesoli. *O Globo*, p.7.
- Foucault, Michel. (2004) *Microfísica do Poder*. 19. Ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____, (2013) *O corpo utópico, as heterotopias*, São Paulo, N-1 Edições.
- Gohn, Maria da Glória. (2014) *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- _____, *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- Guattari, Félix, (2012) *Caosmose – Um novo paradigma estético* (Coleção Trans), SP: Ed. 34.

Guattari, Félix, Rolnik, Suely, (2011) *Cartografias do Desejo*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Hardt, Michael; NEGRI, Antonio. (2002) *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Jinkings, Ivana, Dória, Kim, Cleto, Murilo (Orgs.), (2016) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, São Paulo: Boitempo.

Williams, Raymond. (2002) *Tragédia Moderna*. São Paulo: Cosac Naify.

Wood, Ellen M. (2003) *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo.

Lipovetsky, Gilles; Serroy, Jean. (2014) *O capitalismo estético na era da globalização*. Lisboa/Portugal: Edições 70.

_____,(2015) *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista*, SP: Cia das Letras.

Lövy, Michael. (2016) "Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil".

Ludd, Ned (Org.), (2002) *Urgência das ruas – Black Bloc, Reclaim The Streets e os dias de Ação Global* (Coleção Baderna), São Paulo: Conrad Editora do Brasil.

Maffesoli, Michel. (2006) *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. São Paulo: Forense Universitária.

Malini, Fábio, Antoun, Henrique, (2013) *@Internet e #Rua: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais* (Coleção Cibercultura) Porto Alegre: Sulina.

Mayorga, Cláudia; Castro, Lucia Rabello, Prado, Marco Aurélio Máximo. (2012) *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. RJ: Contra Capa.

Mascaro, Gabriel. (2014) *Não é sobre sapatos*. Exposição e pesquisa viculada no site: [http:// pt.gabrielmascaro.com.br/](http://pt.gabrielmascaro.com.br/)

Megale, Bela; Aragão, Alexandre. (2013) O bloco do quebra-quebra. Revista *Veja*. São Paulo, p. 74.

Misse, Michel. (2011) Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro. Página Violência Urbana. Revista *Le Monde*. Brasil. Ano 4. Nº 48, p. 06-07.

Modelli, Laís. (2013) Quando a cidade aflige. *Caros Amigos*, julho, p. 1 - 13.

Pardo, Ana Lúcia (Org^a). (2011) *A Teatralidade do Humano*. SP: Edições do SESC/SP.

Pelbart, Peter Pal, (2013) *O avesso do niilismo – Cartografias do esgotamento*, SP: N-1 Edições.

_____, (2016) Carta Aberta aos Secundaristas, Série Pandemia, SP: N-1 Edições.

_____, Muniz, Ricardo (Coord. Editorial), (2016) *Aos nossos amigos – Crise e Insurreição*, Comitê Invisível, São Paulo: N-1 Edições.

Poncela, Anna María Fernández. (2014) "De la red a las calles ¿y de las calles a las conciencias? El movimiento estudiantil #YoSoy132". *Argumentos – Estudios críticos de la sociedad*, nº76, septiembre-diciembre, UAM/X.

Rancière, Jacques, (2005) *A partilha do sensível: Estética e Política*, São Paulo: Editora 34.

_____, (2014) *O ódio à democracia*, São Paulo: Boitempo.

Rodrigues, Fânia. (2013) Juventude em ação. *Caros Amigos: a primeira à esquerda*. São Paulo, ano XVII, nº 198, p. 31, set.

Ryoki, André; Ortelado, Pablo. (2004) *Estamos vencendo – Resistência global no Brasil*. Série Baderna. São Paulo: Editora Conrad.

Sader, Eder, (1998) *Quando novos personagens entraram em cena*, RJ: Paz e Terra.

Samain, Ettiënne. (1998) *O Fotográfico*. São Paulo: Editora Hucitec.

Safatle, Vladimir, (2015) *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*, São Paulo: Cosac Naify.

Santos, Theotônio dos. (2013) A América Latina na Encruzilhada. *Revista Brasileira de Administração Política - REBAP*. Vol. 6. Salvador/BA, UFBA p. 15-62.

Schechner, Richard. (2002) *Performance Studies, an introduction*. London: Routledge.

Sennett, Richard. (2006) *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Sontag, Susan, (2004). *Sobre a fotografia*, São Paulo: Companhia das Letras.

Souza Santos, Boaventura, (2016) *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*, SP: Boitempo.

Souza, Regina Magalhães de. (2006) "O discurso do protagonismo juvenil". Tese apresentada - FFLC/USP. São Paulo, Edusp.

Souza, Jessé (2016) *A radiografia do golpe*, Rio de Janeiro: Leya, 2016.

Tabarovsky, Damián, (2017) *Literatura de esquerda*. Belo Horizonte, Ed. Relicário.

Zizek, Slavoj, (2016) *Violência*, São Paulo: Boitempo.